

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE E PROPOSTA.

Flávio Glêdson Vieira Bezerra¹

RESUMO

O presente artigo objetivou analisar essa necessidade primeiramente identificando requisitos para criação e manutenção da comunicação científica. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica abordando a comunicação científica e as características de um periódico científico. Em seguida, foram levantados dados sobre a produção acadêmica envolvendo assuntos de segurança pública, bem como exemplos internacionais de revistas científicas que abordam assuntos voltados para as atribuições das organizações componentes do sistema de segurança do Brasil. Constatou-se a existência de um campo fértil para a produção científica no setor, que por sua vez é capaz de manter a periodicidade de publicação, mas que, contudo, ainda é insuficiente a quantidade de periódicos especializados. Fundamentado na literatura pesquisada e nos resultados alcançados, conclui-se que um periódico científico eletrônico no âmbito da SENASP é uma ferramenta de gestão do conhecimento viável para a promoção de segurança pública. Pautado nisso, ao final, é proposto a criação desse instrumento focado em abordar assuntos intimamente ligados às atividades fins das instituições de segurança do país.

Palavras-chave: *Comunicação Científica - Periódico Científico - Segurança Pública.*

ABSTRACT

This article aims to analyze the need first identifying requirements for creation and maintenance of scientific communication. For this we carried out a literature search addressing scientific communication and the characteristics of a scientific journal. Then, data were collected on the academic production involving public safety issues as well as international examples of scientific journals that address issues facing the tasks of component organizations of the security system in Brazil. It was found that there is a fertile field for scientific production in the sector, which in turn is able to maintain the frequency of publication, but which, however, is still insufficient number of specialized journals. Based on the literature and the results achieved, it is concluded that an electronic journal under the SENASP is a management tool workable knowledge for public safety promotion. Ruled that, in the end, it is proposed the creation of this instrument focused on addressing issues closely linked to the end activities of the country's security institutions.

Keywords: *Scientific Communication - Scientific Journals - Public Security.*

¹ Major do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico tem configurado como uma das variáveis determinantes da competitividade e das estratégias de desenvolvimento dos países. Segundo o relatório sobre o atual status da ciência em torno do mundo (UNESCO, 2010), o financiamento de (P&D) seguiu expandindo-se mundialmente como consequência de um reconhecimento mais forte pelos governos, quanto à importância crucial da ciência para o desenvolvimento socioeconômico. Os países em desenvolvimento que progrediram de maneira mais acelerada nos últimos anos são aqueles que adotaram políticas para a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação (UNESCO, 2010). Sabendo disso, nações têm concentrado esforços para compreender o processo de produção e difusão dos conhecimentos científicos e inovações geradas por eles, simultaneamente, em estabelecer políticas de apoio apropriadas às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T & I) (OLIVEIRA, 2011).

Por meio do relatório, constatou-se ainda que grandes países emergentes como Brasil, China, Índia, México e África do Sul estão gastando mais em P&D. De maneira semelhante, o número de publicações científicas desses países é outro indicador que tem mostrado um impressionante crescimento, elevando a participação de cada país no volume de publicações mundiais (UNESCO, 2010). Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2012), no ano de 2009 o Brasil passou a ocupar a 13ª posição no ranking de artigos publicados por países de todo o mundo, produzindo mais de 32 mil artigos e ultrapassando países como Suécia, Rússia, Holanda e Suíça (BRASIL, 2012b).

Observa-se que países desenvolvidos e em emergente desenvolvimento refletem uma relação positiva com indicadores de esforço para aquisição e produção do conhecimento. É possível notar que a promoção da ciência tem íntima interação com o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Nesse sentido é que se mostra desejável que um país adote uma política nacional direcionada para tecnologia, combinada com uma agressiva e bem-sucedida busca pelo aprimoramento na pesquisa acadêmica.

Para Oliveira (2011),

A mobilização das políticas públicas continua sendo crucial para a construção das capacidades humanas e institucionais a fim de se vencer o hiato do conhecimento e empoderar os países em desenvolvimento na construção de habilidades adequadas de **pesquisa científica, para que possam lidar com os desafios nacionais e globais** (grifo nosso) p.2.

A busca de uma nação pelo poder e da transposição de desafios por meio do conhecimento não é algo recente. Durante as grandes guerras, por exemplo, o domínio da tecnologia bélica era sinônimo de força de um exército. Não é por acaso que, segundo Vidal (2001), no período da II Guerra Mundial, grupos interdisciplinares foram formados, envolvendo psicólogos, engenheiros e médicos, na Inglaterra e nos Estados Unidos com objetivos de aumentar a eficácia combativa, a segurança e o conforto de soldados, marinheiros e aviadores. Para isso seus estudos se voltavam para a adaptação de veículos e equipamentos às características físicas e psicofisiológicas dos militares, principalmente em situações de emergência e de pânico.

Configurando um dos problemas atuais, o crime organizado representa uma rede cada vez mais sofisticada, articulada e inteligente, que ameaça fortemente a liberdade democrática e o fluxo de empreendedorismo social. Para enfrentá-lo e reduzir os alarmantes índices de violência, é preciso que as respostas da comunidade de segurança sejam igualmente sistêmicas, não fragmentadas, sofisticadas, precisas, científicas e inteligentes. Isto apenas será alcançado mediante a valorização e socialização de conhecimentos auferidos através da pesquisa, da análise de informações por ela obtidas e das alternativas competentes e criativas geradas por tal conhecimento (SENASP, 2012).

O que despertou a curiosidade para essa pesquisa foi, justamente, o questionamento se seria possível afirmar que o conhecimento gerado sobre um problema de segurança pública em uma região do país poderia auxiliar a solucionar uma problemática semelhante, existente em outra região?

O Brasil é quinto maior país do mundo, com dimensões continentais, detém 7367 km de litoral abrangendo 17 estados no total; possui 9 estados componentes da Amazônia legal; possui 15.735 km de fronteiras terrestres onde estão 10 estados brasileiros, distribuídos pelas região norte, centro-oeste e sul. Dessa

maneira, parece correto supor, por exemplo, que soluções propostas em um estudo sobre crimes ambientais no estado de Amazonas, de alguma maneira, seriam aproveitadas para um mesmo problema no estado de Rondônia; que uma análise sobre técnicas de salvamento aquático no litoral Cearense, poderia, ao menos, ser referenciada em mesmo estudo nas praias Catarinenses; ou que uma pesquisa sobre o *modus operandis* de narcotraficantes na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, auxiliaria no aprimoramento de técnicas de vigilância e monitoramento nas áreas limítrofes do Acre com o Peru.

Nesse contexto, é possível perceber que o incentivo a P&D, bem como, que a produção e divulgação do conhecimento associa-se, dentre outras, às expressões como: aperfeiçoamento técnico, aumento de eficácia, solução de problemas, enfrentamento de desafios, aprimoramento de métodos, desenvolvimento social. Nesse sentido, é que, dedutivamente, neste artigo, supõe-se que o fomento à pesquisa científica por meio da implantação de ferramentas de gestão do conhecimento é capaz de promover segurança pública, e sobre isso se pautou sua relevância.

Desse modo, este trabalho se justifica na medida em que, de maneira geral, buscou analisar brevemente a comunicação científica sobre temas de segurança pública, de tal forma a identificar características que indicam viabilidade para criação e manutenção de periódicos científicos eletrônicos especializados no âmbito da SENASP, abordando principalmente assuntos que tangem o aprimoramento da eficiência e eficácia das atividades finalísticas das instituições componentes do sistema. Para isso, buscou caracterizar a comunicação e periódico científico ressaltando as vantagens da sua forma eletrônica. Somado a isso, foram feitas algumas considerações sobre a necessidade e importância dessa ferramenta de gestão do conhecimento.

REVISÃO DA LITERATURA

De maneira concordante com a introdução deste artigo, Kuramoto (2006) afirma que a informação científica é insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país.

De acordo com Macias- Chapula (1998 apud LANDI, GUSMÃO, 2005):

“...a ciência necessita ser considerada como um amplo sistema social, no qual uma de suas funções é disseminar conhecimentos. Sua segunda função é assegurar a preservação de padrões e, a terceira, é atribuir crédito e reconhecimento para aqueles cujos trabalhos têm contribuído para o desenvolvimento das idéias em diferentes campos” p.136.

Nesse sentido para Landi e Gusmão (2005), a produção científica é parte de um grande sistema social que é a ciência. O crescimento dela, segundo Meadows (1999), está relacionado com o crescimento da produção de pesquisa e sua comunicação.

A comunicação científica e a troca de conhecimentos vieram, ainda que de maneira informal, com o nascimento da ciência ocidental, na Grécia antiga. No século XVII, nasce a revista científica, considerada a base do sistema moderno de comunicação da ciência (ANDRÉ, 2005 apud KURAMOTO, 2006).

Os primeiros estudos voltados para a comunicação da ciência surgiram nos Estados Unidos nos anos 40, impulsionados pelo crescimento desordenado da literatura científica (VIEIRA, 2006). A expressão “Comunicação Científica” foi forjada nesse período, pelo físico e historiador John Bernal, o qual definiu o termo como o amplo processo de geração e transferência da informação científica (CHRISTOVÃO; BRAGA 1997 apud SILVEIRA, 2000).

Para Barbalho (2004), a comunicação científica é entendida como a promoção de intercâmbio de informações entre membros de uma determinada comunidade que divulga os resultados de pesquisas realizadas de acordo com regras definidas e controladas pelo contexto onde se insere. Já Garvey (1979) apud Silveira (2000) definiu como um conjunto de atividades associadas com a produção, disseminação e uso da informação desde o momento em que o cientista forma sua idéia de pesquisa, até o momento em que a informação acerca dos resultados desta seja aceita como parte do conhecimento científico.

Diversos autores citados por Silveira (2000) tratam da indispensabilidade da publicação dos resultados de pesquisas e das motivações para fazê-lo: o desejo de somar conhecimento para a sociedade, construção do conhecimento e preservação do mesmo, além da manutenção do *status quo* do cientista dentro da comunidade científica.

Vanz (2004) explica que:

O desenvolvimento da ciência como sistema é governado pela produção e fluxo da informação, até que está se transforme em conhecimento. Por isso, uma das obrigações dos pesquisadores é disseminar o conhecimento científico por meio de publicações, dado que os resultados de qualquer investigação devem ser divulgados de forma a estarem disponíveis para a comunidade, e assim, realimentar o processo de comunicação científica p. 15.

Neste sentido, a comunicação científica é uma forma de transferência de informação e construção do conhecimento que nasce de uma dupla necessidade, por um lado a de quem deseja conhecer os avanços da ciência e por outro a de quem quer comunicar à comunidade os achados e resultados de pesquisas e/ou estudos dos diversos temas (BINOTTO; DINIZ, 2007).

De acordo com Hernandes-Canãdas (1987) apud Silveira (2000), os seguintes fatores são necessários para comunicação científica ocorra de fato: fonte, mensagem, canal e receptor. A fonte é aquela que gera o conhecimento científico, o pesquisador. A mensagem é composta pelos dados que compõem a informação científica. O canal, modo como essa informação é transmitida, pode apresentar-se de várias formas, divididos em dois tipos básicos de canais de comunicação: os formais e informais. O receptor da informação científica também pode apresentar-se de diversas formas, podendo ser outro cientista, da mesma área ou não do produtor da informação, ou pode ser ainda o público em geral (SILVEIRA, 2000).

Percebe-se que a comunicação científica é essencial para construção de redes de relacionamento que motivam os pesquisadores a constituírem interlocutores para a discussão em torno dos saberes que estão em construção e sendo articulados com conhecimentos anteriormente produzidos (BARBALHO, 2004). Além disso, na opinião de Pinheiro (2003), a comunicação científica é caracterizada pela busca de maior velocidade no intercâmbio e disseminação de idéias, fato esse que coloca a

revista científica em vantagem por tratar-se de um meio de divulgação que dispõe de tal velocidade necessária.

Conforme percebido nesta revisão de literatura e de acordo com Vieira (2006), a produção científica de uma comunidade é expressa através de publicações. Sobre isso, Oliveira e Noronha (2005) apud Dantas (2008) explicam que a comunicação de maior credibilidade se estabelece “[...] pela publicação em canais formais, principalmente nos periódicos, considerados como o principal meio de comunicação e divulgação do conhecimento científico.” (OLIVEIRA; NORONHA, 2005, p. 2 apud DANTAS, 2008, p. 45).

A principal função de um periódico é manter pesquisadores informados sobre os últimos acontecimentos e avanços em suas áreas, sendo a qualidade dessa publicação aceita como representação do esforço da pesquisa realizada e do reconhecimento da qualidade de seus resultados (GARFIELD,1979 apud SOUZA E PAULA, 2002).

No que diz respeito à terminologia Vieira (2006) cita Stumpf (1998), para explicar que não há diferença entre “revistas científicas” ou “periódicos científicos”, sendo essas expressões diferenciadas apenas pelos profissionais que as utilizam. Ainda sobre isso, Targino (1998), em sua pesquisa, apresentou algumas definições terminológicas usadas para o periódico científico propriamente dito: *Journal*, *Magazine*, *Newspaper Periodical*, *Proceedings*, *Scientific journal*, *Scholarly journal*, *Scientific periodical*, *Scientific publications*, entre outras.

Segundo Cunha (2001), publicações periódicas têm como características:

a) Periodicidade (frequência prefixada para o aparecimento dos fascículos);

b) Publicação em partes sucessivas (sistematização em ano, volume ou tomo, número, fascículo ou caderno);

c) Continuidade de publicação indeterminada; (Variedade de assunto e autores podem tratar de diversos assuntos ou serem especializados, tratando, por exemplo, de diversos aspectos de um mesmo assunto, com autores variados).

Buscando caracterizar um periódico científico, Vieira (2006) faz alguns apontamentos: são publicações feitas em partes ou fascículos, numerados progressiva

ou cronologicamente, reunidas sob um título comum; editadas em intervalos regulares; com a intenção de continuidade infinita; formadas por contribuições, na forma de artigos assinados; sob a direção de um editor e com um plano definido que indica a necessidade de um planejamento prévio. Para Mueller (1999), “um periódico científico será considerado bom na medida em que publica bons artigos, mantém periodicidade regular e é facilmente obtido”.

Quanto à acessibilidade o relatório da UNESCO (2010) indica que a facilidade de obtenção da informação, em decorrência das tecnologias da informação e comunicação, em torno do mundo está tendo um efeito radical na criação, acumulação e disseminação de conhecimento, enquanto proporciona, ao mesmo tempo, plataformas especializadas para o trabalho em rede por comunidades científicas que operam em nível global.

Nesse sentido, atualmente, tem havido uma tendência, quase que irreversível, de transição do periódico científico impresso para o meio eletrônico, principalmente porque isso potencializa a velocidade com que a informação científica é transmitida e oferta numerosos recursos que não poderia ser utilizados facilmente nas versões em papel (artes gráficas, filmes, acessos aos trabalhos citados, entre outros).

Corroborando com isso Crespo e Caregnato (2004) apud Dantas (2008) atribuem aos periódicos eletrônicos: agilidade na publicação; interação; diversidade de formatos e mídias; recuperação da informação; facilidade de acesso; dimensão do documento e apresentação do documento. Tenopir e King (2002) apud Dantas (2008) apontam como as melhores características desses recursos eletrônicos: facilidade de acesso, conveniência, capacidade de busca, acesso direto, além da possibilidade de impressão. Dantas (2008), conclui que: “Para os autores, os periódicos eletrônicos permitem uma forma de comunicar informação nova, editada e revisada por pares”. Considerando que muitos artigos são lidos anos depois de sua publicação, esses serviços ainda oferecem arquivos permanentes com informações recuperáveis.

Outro fator positivo do formato eletrônico é sua maior propensão à adquirir visibilidade, que de acordo com Parker e Meneghini (2006) apud Dantas (2008), é a representação da capacidade de exposição que “[...] uma fonte ou fluxo de

informação possui de, por um lado, influenciar seu público alvo e, por outro, ser acessada em resposta a uma demanda de informação”. Segundo os autores há uma série de atributos e indicadores que potencializam a visibilidade de um periódico eletrônico, entre eles estão:

1) A sociedade científica, organização, grupo ou empresa editora responsável pela publicação do periódico, que pode indicar autoridade, sustentação e visibilidade do mesmo;

2) Prestígio da sociedade ou organização responsável por um periódico, o prestígio e a representatividade do editor responsável e do corpo editorial, junto à comunidade científica potencial do periódico;

3) O número de acessos e uso desse serviço.

Desse modo, é principalmente como foco em verificar se um periódico científico eletrônico especializado em assuntos que envolvem instituições de segurança pública atenderia os requisitos e características indicadas a esse veículo de informação, que este trabalho procurou analisar sobre sua viabilidade e sustentabilidade. Além disso, tomando como base a importância do fator visibilidade, buscou-se investigar como a Secretária Nacional de Segurança Pública – SENASP poderia somar nesta proposta.

CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA - Órgãos competentes, atribuições e a relação com a promoção do conhecimento

Esta seção concentrou-se em apresentar a Secretária Nacional de Segurança Pública - SENASP, discorrendo brevemente sobre sua criação e algumas subdivisões de sua estrutura; identificando os órgãos componentes e competentes do Sistema Nacional de Segurança Pública; registrando algumas das responsabilidades das diferentes organizações governamentais envolvidas, conforme legislação vigente; por fim, enfatizando algumas de suas iniciativas voltadas para a promoção do conhecimento. A abordagem foi feita sempre com foco em analisar a importância e necessidade da institucionalização de um periódico científico eletrônico

especializado segurança pública no âmbito da SENASP, e por isso destacou-se, principalmente, pontos que se relacionam a isso.

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Oriunda de uma transformação da antiga Secretária de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública - SEPLANSEG a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP foi criada pelo Decreto nº 2.315, de 4 de setembro de 1997, com a atribuição de compete assessorar o Ministro de Estado da Justiça na definição e implementação da política nacional de segurança pública, e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio de algumas ações, sendo aqui citadas aquelas mais intimamente ligadas ao contexto deste trabalho, tais como: apoiar a modernização do aparelho policial do País; efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais federais e estaduais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; realizar estudos e pesquisas, e consolidar estatísticas nacionais de crimes.

Ainda balizado pelos objetivos desta pesquisa, no decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007 consta a estrutura regimental do Ministério da Justiça e da SENASP, por onde também é possível destacar algumas atribuições de alguns de seus departamentos, tais como:

a) Ao Departamento de Políticas, Programas e Projetos competem: identificar, propor e promover a articulação e o intercâmbio entre os órgãos governamentais que possam contribuir para a otimização das políticas de segurança pública; estimular e fomentar a utilização de métodos de desenvolvimento organizacional e funcional que aumentem a eficiência e a eficácia do sistema de segurança pública; analisar e manifestar-se sobre o desenvolvimento de experiências no campo da segurança pública; entre outras.

b) Ao Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública compete: incentivar a implementação de novas tecnologias de forma a estimular e promover o aperfeiçoamento das atividades policiais,

principalmente nas ações de polícia judiciária e operacionalidade policial ostensiva; entre outras.

c) Ao Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública compete: identificar, documentar e disseminar pesquisas voltadas à segurança pública; identificar áreas de fomento para investimento da pesquisa em segurança pública; identificar, documentar e disseminar experiências inovadoras no campo da segurança pública; planejar, coordenar e avaliar as atividades de sistematização de informações, estatística e acompanhamento de dados criminais; supervisionar as atividades de ensino, gerencial, técnico e operacional, para os profissionais da área de segurança do cidadão.

Verifica-se que estudos sistematizados de assuntos envolvendo a gestão de políticas na área de segurança pública, veiculadas por periódico científico, poderiam fundamentar e aprimorar a execução de algumas das atribuições legais da SENASP apresentadas neste tópico. Nesse sentido, um periódico científico eletrônico, gerido pela secretária já se justificaria.

Órgãos de Segurança Pública

Sobre a quem compete Segurança Pública, a Constituição Federal Brasileira (CFB), segundo Brasil (1988), em seu Art. 144 define o seguinte: "A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio" (BRASIL, 1988). Ainda em seu Art. 144, estabelece que os órgãos componentes do sistema são: Polícia federal; Polícia rodoviária federal; Polícia ferroviária federal; Polícia civis; Polícia militares e Corpos de bombeiros militares.

No que diz respeito às competências constitucionais a CFB (1988) discorre sobre as missões de cada órgão. A Polícia Federal é definida através das seguintes missões:

- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Ainda de acordo com a CFB (1988), a Polícia Rodoviária Federal é destinada "[...] ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais ". A Polícia Ferroviária Federal "[...] ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais." As Polícias Civis têm a incumbência de: "[...] polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares". As Polícias Militares são responsáveis pela: "[...] polícia ostensiva e a preservação da ordem pública" e os Corpos de Bombeiros Militares, que em alguns Estados são unificados à Polícia Militar: "além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil".

Poderão ainda existir representantes no âmbito municipal. Sobre isso a CFB (1988) estabelece a missão das Guardas Municipais: "Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei."

Nesse sentido, observando esse artigo da CFB (1988), em razão dos órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública nacional e de sua diversificada distribuição de competências, nota-se uma pluralidade de atividades fins, que dão às missões um caráter multidisciplinar. São ações típicas de polícia ostensivas, de polícia judiciária, de defesa civil, dentre outras. Dessa maneira, vislumbra-se potencial para a ferramenta que se deseja propor neste artigo, na medida em que é possível identificar que o setor envolve um conhecimento transversal, abrangendo variadas áreas do saber, tornando possível prospectar uma ampla gama assuntos a serem desenvolvidos e veiculados por um periódico científico eletrônico especializado.

Iniciativas da SENASP voltadas para a promoção do conhecimento

Obedecendo as atribuições previstas em lei, a SENASP, principalmente por meio de seu departamento de pesquisa, análise de informação e desenvolvimento de pessoal em Segurança Pública, vem procurando desenvolver ações voltadas para a gestão do conhecimento sobre o assunto. Neste tópico identificaram-se algumas dessas iniciativas a fim de verificar se as políticas públicas adotadas pela secretária caminham ao encontro do que este trabalho busca propor. Após uma pesquisa no sítio do Ministério da Justiça (SENASP, 2012), a seguir são apresentadas algumas dessas ações:

a) Observatório Democrático de Práticas de Prevenção

A partir da nova Política Nacional de Segurança Pública, proposta desde 2003, um dos compromissos torna a prevenção da violência e criminalidade como uma de suas áreas temáticas de atuação. O assunto passou a ser trabalhado de forma mais sistemática, levando à necessidade de levantar, sistematizar e disseminar as experiências de programas de prevenção já implementados no país. A SENASP entendeu ser relevante iniciar a sua divulgação, objetivando que o banco de dados construído seja uma ferramenta de transferência de conhecimento útil e de fomento à construção de um conhecimento coletivo sobre políticas e programas de prevenção da violência e criminalidade. Dessa maneira, tem como objetivo precípuo o fomento e a troca de experiências, de estímulo e a promoção do debate de conceitos e concepções sobre políticas e programas de prevenção da criminalidade e violência, multiplicando marcos referencial para serem incorporados no desenvolvimento de políticas públicas de segurança.

b) Rede Nacional de Educação a Distância – EAD

Foi criada em 2005 pela SENASP, em parceria com a Academia Nacional de Polícia a Rede Nacional de Educação a Distância, é uma escola virtual destinada aos profissionais de segurança pública no Brasil, que tem como objetivo viabilizar o acesso dos profissionais aos processos de aprendizagem, independentemente das limitações geográficas e sociais existentes. Os cursos são ofertados através de ciclos. Por ano realizam-se 3 ciclo de aulas dos quais participam, aproximadamente, 200 mil

alunos por ciclo. São mobilizados dois mil tutores ativos para as mais de três mil turmas que contam com até 50 alunos por sala virtual. Com o fortalecimento da Rede, se estabelece uma política onde os processos de aprendizagem são contínuos, sistêmicos e não excludentes.

c) Pensado em Segurança.

Oriundo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e sua parceria com a SENASP (Projeto BRA/04/029), o Projeto de Pesquisas Pensando a Segurança Pública tem o objetivo de fomentar pesquisas aplicadas no campo da segurança pública e da justiça criminal, fortalecer o diálogo entre a SENASP e comunidade acadêmica como Universidades, Institutos e Centros de Pesquisa, bem como o de qualificar e subsidiar seu trabalho de elaboração de políticas públicas. Para isso o projeto estabelece parcerias com instituições públicas ou privadas para o desenvolvimento de pesquisas no campo da segurança pública e da justiça criminal, em temas considerados prioritários pela SENASP e pelo Ministério da Justiça e que possam contribuir para o desenvolvimento e o aprimoramento da política nacional de segurança pública. As instituições são convocadas por edital a apresentar seus projetos de pesquisa sobre temas pré-determinados, e após serem selecionadas tornam-se responsáveis pela coordenação de grupos de pesquisa e pela elaboração de relatórios (produtos) relacionados à sua área temática.

d) Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP

Criada em 2005, a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP, foi institucionalizada através da Portaria nº 1.148-MJ, de 12 de junho de 2012, sendo um projeto de educação permanente voltado aos profissionais de segurança pública, bem como aos demais interessados e atuantes nesta área. A Rede se constitui a partir da parceria com Instituições de Ensino Superior - IES que promovem cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial, sobre diferentes temas relacionados à Segurança Pública. Foi projetada levando em consideração entre outras necessidades a de fomentar estudos e pesquisas voltados à modernização das instituições de segurança pública; de promover estudos, pesquisas

e indicadores sobre violência, criminalidade e outros assuntos relacionados à segurança pública e fortalecer a articulação com instituições de ensino superior - IES na promoção da capacitação em segurança pública.

Dentre as diretrizes norteadoras da RENAESP estão a democratização do acesso ao conhecimento técnico-científico aos profissionais de segurança pública, bem como seu aprimoramento, por meio de uma formação acadêmica multidisciplinar. Para isso tem entre seus objetivos: propiciar o acesso gratuito dos profissionais de segurança pública a cursos de pós-graduação *lato sensu*; fomentar o aperfeiçoamento das atividades e dos instrumentos de gestão em segurança pública; incentivar as instituições de ensino superior - IES a promoverem cursos e implantarem núcleos e centros de estudos e pesquisas dedicados ao tema “segurança pública”; promover a produção de artigos científicos e monografias sobre segurança pública e temas correlatos.

Atualmente a RENAESP conta com a participação de 58 IES públicas e privadas distribuídas em 25 Unidades da Federação, tendo matriculado 5600 profissionais da área de segurança pública de todo país em 140 cursos realizados entre os anos de 2006 a 2012. As monografias produzidas estão disponibilizadas na biblioteca do Ministério da Justiça, assim como nas revistas produzidas pelas próprias IES e seus respectivos portais. A Senasp conta com a revista Segurança, Justiça e Cidadania, na qual são publicadas as melhores monografias produzidas.

e) Revista Segurança, Justiça e Cidadania

Consiste em um dos veículos de divulgação do conhecimento produzido na área da segurança pública, registrado sob ISSN: 2178-8324-59222 (versão impressa) é uma publicação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça, editada pela Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID/Senasp). O periódico, dedicado exclusivamente à abordagem de segurança pública no Brasil, reúne artigos de investigadores de renome e de jovens pesquisadores dedicados aos grandes temas da área de segurança pública e da justiça criminal, textos esses que expressam o desenvolvimento dos saberes no campo da segurança pública e refletem as inovações

teóricas, metodológicas e empíricas em âmbito nacional e internacional. Seu propósito é veicular conhecimento abalizado e pesquisas exploratórias que subsidiem a criação e a gestão de ações e políticas de segurança pública do nosso país. Entretanto, as edições da são temáticas e destinam-se a captar textos relacionados especificamente ao tema do número do periódico em ocasião.

METODOLOGIA

Caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa, pois realizou uma análise da literatura comparando-a com a realidade apresentada, sem a pretensão de efetuar medições ou fazer uso de técnicas estatísticas. Segundo Silva (2000), a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, além disso, configura-se em uma pesquisa descritiva, na qual se pretende analisar seus dados indutivamente, já que foram abordados os efeito da comunicação científica, bem como da produção acadêmica sobre segurança pública para demonstrar sua importância e a viabilidade de periódicos científicos eletrônico especializados.

No que diz respeito aos meios de investigação empregados, se constituiu em uma pesquisa bibliográfica, definida de acordo com Vergara (2000) como “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Este tipo de trabalho fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. Podemos considerar que na pesquisa foi utilizado também o estudo de caso, que é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Este tipo de método de investigação tem caráter de profundidade e detalhamento e pode ou não ser realizado no campo. Isso ocorreu na medida em que se investigou a existência de produtos semelhantes ao proposto neste artigo, e buscou-se informações sobre a produção acadêmica envolvendo o tema, bem como a periodicidade em organizações de segurança pública.

Na primeira fase do estudo realizou-se o levantamento de bibliografias para fundamentar conceitos teóricos da pesquisa, verificar alguns requisitos para o produto a ser sugerido, bem como, recomendar melhorias nos existentes. Em seguida foi realizada pesquisa sobre dados de produção científica em segurança pública, por meio de consultas a órgãos públicos, e foi feito um levantamento de ferramentas semelhantes em outros países. Após armazenamento das informações discutiu-se sobre o assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apresentação da literatura sobre a comunicação científica e critérios para seu veículo de publicação, do contexto da SENASP e sua relação com a promoção do conhecimento, este tópico destinou-se a apresentar e discutir dados correlatos sobre a produção nacional envolvendo assuntos ligados a segurança pública e alguns veículos de comunicação científica relacionados a área, sempre com foco em averiguar se haveria demanda e sustentabilidade para periódicos científicos eletrônico especializado.

Nesse sentido, inicialmente, apresenta-se os resultados da análise dos dados produzidos do mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública segundo Lima (2009), que, para identificar a produção nacional sobre essa temática, realizou levantamento, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, de estudos e pesquisas que apresentavam as seguintes palavras-chave: conflitualidade, crime, criminalidade, direitos humanos, guardas municipais, justiça criminal, polícia, prisão, segurança municipal, segurança urbana, tráfico de drogas e violência.

Na pesquisa, que compreendeu o período de 1983 a 2006, verificou-se a produção de 8.205 teses e dissertações que versavam sobre a temática da violência e da segurança pública. Essa produção desenvolveu-se em um conjunto de 168 universidades brasileiras e 3.232 professores orientadores (LIMA, 2009). No anexo A, visualiza-se a distribuição dos trabalhos por palavra-chave e verifica-se que violência

(33,1%), crime (18,5%), direitos humanos (15,1%) e criminalidade (14,1%) são as que detêm mais de 80% da produção.

Segundo Lima (2012), de acordo com a Capes, o país conta em 2012 com mais de 3.300 teses e dissertações sobre segurança pública. Se fossem adicionados a esse número a quantidade de teses e dissertações que possuem palavras-chave assemelhadas ao assunto (crime, violência e direitos humanos, entre outros), se atingiria um impressionante número de mais de 20 mil trabalhos acadêmicos defendidos nos últimos 30 anos.

De acordo com Lima (2009), segundo as grandes áreas do conhecimento definidas pela CAPES, observa-se que a produção de teses e dissertações está concentrada principalmente nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas (44,1%) e Ciências Humanas (39,1%). Com relação às áreas do conhecimento, destaca-se o foco da produção em Direito (34,9%) e Ciências Sociais (12,7%) (ANEXO A).

Ainda segundo o estudo, pelos dados da Capes, temas como perícias forenses, técnicas de identificação por DNA, análise de materiais e de explosivos, também fundamentais no planejamento de políticas de segurança pública, não têm sido associados diretamente com as palavras-chave analisadas. “Há, ao que tudo indica, um descolamento entre produção acadêmica e pesquisa aplicada na segurança pública” (LIMA, 2009). Isso pode ser notado ao verificar que estudos envolvendo as Ciências Biológicas respondem por 0,3% da produção acadêmica sobre segurança e violência e, na mesma direção as Engenharias são responsáveis por apenas 0,7% dessa produção (ANEXO A).

Seguindo a metodologia utilizada no levantamento de Lima (2009), e considerando a instituição Corpo de Bombeiros Militar outra organização constitucionalmente ligada ao setor de segurança pública, após consulta ao banco de dados da Capes (BRASIL, 2012a), buscou-se apresentar também os resultados da tabulação e cruzamento dos resumos de teses e dissertações que continham palavras-chaves relacionadas às atribuições legais dessa organização (ANEXO B). O levantamento abrangeu o período de 1983 a 2011, e os dados mostram a produção de 3.343 teses e dissertações que tratam sobre temáticas variadas relacionadas à atividade de bombeiro. Na distribuição dos trabalhos por palavra-chave identifica-se

que Acidente de trabalho (19,86%), Incêndio (17,38%), Desastre (15,76) e Acidente de trânsito (12,77%), são as que detêm maior parte da produção. Ressalta-se que o levantamento no banco de dados da Capes não computou trabalhos acadêmicos de cursos de graduação e especialização (BRASIL, 2012a).

Limitando-se ainda ao contexto da produção envolvendo o assunto segurança pública, analisando brevemente o plano de carreira desses profissionais, constata-se que o ingresso em organizações federais tem como requisito nível de formação superior, havendo uma forte tendência para que este critério também seja adotado por instituições estaduais. Nos estados que ainda não adotam este requisito, dependendo da função pública a ser ocupada pelo candidato aprovado em concurso, uma graduação é adquirida em curso de formação realizado durante estágio probatório. Independente disso, em algum momento da vida funcional, a progressão de carreira é condicionada, ou torna-se potencial, com a conclusão de ao menos um curso de pós - graduação, geralmente, envolvendo temas do setor. Desse modo, foram consultadas algumas instituições estaduais, por meio de profissionais ligados aos respectivos centros de ensino e pesquisa, a fim de obter os dados sobre sua produção acadêmica no período de 2006-2012 (ANEXO C).

Os dados fornecidos pelos centros de ensino se referem ao trabalho de conclusão de curso de dois cursos especialização, normalmente, desenvolvidos em parcerias com universidades, exceto os dados do Instituto de Pesquisa da Brigada Militar em que foram acrescidos os números de trabalhos finais dos cursos de formação superior policial militar (CSPM), do curso de especialização de bombeiro para oficiais (CEBO) e curso de especialização em psicopedagogia ocorrido no ano de 2010. Mesmo que, em alguns desses centros, não tenha ocorrido cursos de especialização em determinado ano, de certa forma, eles já são regulares dentro de grande parte das instituições de segurança. Apesar dos dados do ano de 2012 ainda não terem sido atualizados, e da dificuldade encontrada para se obter os dados da Academia do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal discriminados anualmente, é possível constatar uma média de produção de aproximadamente 223 trabalhos acadêmicos por ano, nos últimos sete anos. Destaca-se que os autores são

profissionais de diversas instituições ligadas a segurança pública, e que foram considerados os dados de apenas de cinco organizações do país.

Observa-se que é possível encontrar grande quantidade produção científica envolvendo o setor, as quais têm sido desenvolvidas por acadêmicos nos mais diversos níveis formação - de graduação a doutorado. Desconsidera-se aqui a produção individual e de grupos de estudos. Além disso, o levantamento da Lima (2009) mostrou que do total de teses e dissertações com as palavras-chaves pesquisadas entre 1983 a 2006, cerca de 82% foram produzidas a partir do ano 2000, indicando que essa produção tem sido cada vez mais frequente na última década.

Nesse contexto é que os números da produção nacional na área de segurança pública impressionam, com temas multidisciplinares, mostra-se um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas, capaz de atender os critérios de periodicidade e regularidade exigidos para criação e manutenção de um periódico científico. Com uma variedade de temas e autores, podem tratar de diversos assuntos ou serem especializados, tratando, por exemplo, de diversos aspectos de um mesmo assunto, com autores variados. Entretanto, segundo Lima (2012), “trata-se de um imenso estoque de conhecimento e que, paradoxalmente, quase não possui canais de disseminação e divulgação para a sociedade e/ou para o público especializado” (Grifo nosso).

No que diz respeito a essa demanda reprimida, após consulta ao banco de classificação de periódicos da Capes (webqualis), utilizando a busca por título, verificou-se a existência de apenas cinco periódicos científicos com a expressão “segurança pública” (BRASIL,2012c). Dentre elas três estão ligadas diretamente às instituições de ensino e pesquisa local, por exemplo, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - revista eletrônica “Cadernos de Segurança Pública”. Apesar de não conter a expressão pesquisada, sabe-se que algumas instituições de ensino e pesquisa ligadas a órgãos de segurança pública mantêm sua própria revistas para publicação de seus trabalhos relacionados ao assunto, como é o caso da Polícia Militar do Espírito Santo com a Revista Preleção, bem como da Polícia Militar de São Paulo com a Revista NECPOP. Destaca-se que grande parte dessas revistas já migraram, ou estão transitando para a publicação em meio eletrônico.

Sobre isso, considerando os atributos que potencializam a visibilidade do periódico eletrônico tratados na revisão de literatura, apesar da credibilidade das instituições, as revistas vinculadas a essas organizações locais parecem ter mais visibilidade à comunidade científica dedicada aos temas das organizações, e aos acadêmicos envolvidos temporariamente com atividade de pesquisa nessas organizações. Nesse sentido, neste trabalho supõe-se que o atributo de visibilidade de um periódico científico e seus artigos seria potencializado na medida em que alcançasse maior quantidade de profissionais de segurança pública. Dado o sucesso do projeto de educação a distância da Senasp, refletida na grande quantidade de alunos por ciclos e de acesso à rede, o sitio Ministério da Justiça mostra-se como o mais promissor para maximizar esse alcance.

Com relação aos dois outros periódicos científicos classificados na Capes, pela expressão “segurança pública”, um deles é a Revista Brasileira de Segurança Pública, editada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com foco em promover o intercâmbio de informações qualificadas no que tange as relações entre segurança pública, violência e democracia, focando em políticas implementadas nas áreas de policiamento, ensino policial, monitoramento e avaliação de dados, justiça criminal e direitos humanos (RBSP, 2011). A outra se trata da única revista editada pela Senasp (Revista Segurança, Justiça e Cidadania), que aporta grandes temas da área segurança pública e da justiça criminal, fazendo isso em edições especialmente temáticas e com frequência irregular. Como ponto negativo, ressalta-se que as edições destas revistas não são encontradas no portal do Ministério da Justiça.

Outra questão a se destacar nesta pesquisa é que a revista da Senasp/MJ trabalha temas bastante amplos, numa perspectiva macro, tais como crime, violência e direitos humanos, sob um ponto de vista mais policial e voltado para implementação de políticas públicas abrangentes, o que sem dúvida é positivo, já que é a isso que se propõe. Entretanto, não é tão frequente temas mais convergentes, que visem o aumento da eficiência e eficácia de organizações de segurança pública, que abordem iniciativas estratégicas, administrativas e operacionais; a tecnologia atualmente aplicada à atividade fim; o melhoramento técnico-profissional; e experiências e soluções positivas das organizações estaduais, entre outros. Somando

a isso, percebe-se que também deixa uma lacuna para assuntos mais técnicos, relacionados, constitucionalmente, à atividade fim das polícias técnica investigativa e do Corpo de Bombeiros.

A respeito disso, a título de estudo de caso, este trabalho apresentou, em seu Anexo D, uma tabela relacionando revistas científicas internacionais voltadas especificamente para atividades finalísticas dos órgãos de segurança pública. Ela ainda trouxe informações sobre os objetivos e temas que buscam abordar. Espera-se que o exemplo internacional sirva de modelo e motivação para que o país, por meio de seu órgão nacional promotor de segurança pública, fomente e institua periódicos científicos especializados e institucionalizados sobre temas inerentes ao setor.

CONCLUSÕES

Durante o desenvolvimento deste estudo contatou-se que comunicação do conhecimento científico é fatores determinantes para o desenvolvimento social e que caracteriza-se pela produção e disseminação desse conhecimento. Nesse sentido, tão importante quanto o conteúdo gerado, mostra-se seu veículo de divulgação - periódico científico. Por meio da revisão bibliográfica, foi possível identificar que esse instrumento de informação deve atender a requisitos que os tornam dotados de mais ou menos créditos perante os praticantes da ciência. Como características influenciadoras dessa credibilidade destacaram - se a periodicidade e continuidade de publicação, a qual depende do volume de produção de qualidade; a acessibilidade que é facilitada pela publicação em formato eletrônico; e a visibilidade que é potencializada, pelo prestígio, credibilidade e acesso a organização que o edita.

A partir da consideração desses critérios e da investigação sobre a relação da Secretária Nacional de Segurança Pública com a promoção do conhecimento é que foi possível alcançar um dos pontos focais desse trabalho, já que a contextualização mostrou que a SENASP reconhece a disseminação do conhecimento científico como instrumento de promoção de segurança pública, e por isso desenvolve iniciativas contundentes a fim de que isso se concretize. Com os projetos em desenvolvimento conclui-se que a SENASP já possui uma rede colaborativa materializada, em praticamente todos os estados da federação, que potencialmente nutririam um

periódico científico eletrônico especializado gerido pelo órgão, mesmo que isso não fosse colocado como condição para o financiamento de pesquisas. Além disso, sua rede de ensino a distância, indica potencial para largo alcance da grande quantidade de profissionais de segurança pública espalhados pelo país, demonstrada no grande número de acesso à rede. Essa íntima relação da organização com o fomento à produção do conhecimento mostra que a Senasp, caminha ao encontro da credibilidade exigida pelo atributo de visibilidade de um periódico científico.

O alto índice dos indicadores de produção científica sobre temas de segurança pública, demonstraram não apenas a capacidade de periodicidade, como também um campo de estudos profícuo para produção acadêmica e altamente demandante por instrumentos de veiculação especializados para o setor. Sobre isso, ainda foi possível concluir que, apesar da existência de revistas científicas voltadas para o setor, inclusive uma editada da Senasp, ainda há a falta de espaço para publicação de artigos mais voltados para o aprimoramento das atribuições específicas das organizações componentes do sistema de segurança, ou seja, para o aperfeiçoamento da eficiência e eficácia estratégica, administrativa e operacional. Com isso o presente estudo aponta para a viabilidade da criação de periódicos eletrônicos especializados e propõe que a SENASP crie revistas voltadas para atividade fim dos órgãos executores de segurança pública, bem como hospede e faça a gestão dessa ferramenta no sítio do Ministério da Justiça/SENASP.

A intenção é de que as revistas eletrônicas proposta, tornem-se veículo de divulgação da produção científica gerada por projetos de pesquisa que busquem estudar segurança pública no Brasil. Espera-se que o formato eletrônico proporcione facilidade, agilidade e extensão ampla no acesso aos resultados das investigações desenvolvidas nas pesquisas voltados para as múltiplas temáticas que envolvem o setor, tanto no âmbito interno como no externo de cada organização. A intenção é a de alcançar não apenas as instituições componentes do sistema, mas também as acadêmicas, e outros agentes sociais que tenham interesses científicos. Dessa forma, pretende-se que a revista, além de ser um instrumento de estímulo e valorização da prática científica, que ela esteja comprometida com as diversas demandas sociais por conhecimento científico presentes na sociedade, que socialize soluções e experiências

positivas frente às necessidades de segurança pública, e de alguma maneira influencie na promoção da segurança à população brasileira.

Este trabalho abriu alguns caminhos que motivaram as seguintes recomendações direcionadas a SENASP:

1) Criar, na estrutura interna da SENASP, setor especializado em pesquisa da atividade profissional de segurança pública para desenvolver estudos, e coordenar a edição das ferramentas de gestão do conhecimento propostas neste artigo de modo a compor seu conselho editorial.

2) Estabelecer periodicidade regular para a Revista Segurança, Justiça e Cidadania, bem como os periódicos aqui propostos.

3) Divulgar em eventos nacionais e internacionais que envolvam assuntos de segurança pública as revistas que venham a ser editadas pela Senasp.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Portais eletrônicos: estudo comparativo da oferta em Comunicação. In: Encontro de Informação em Ciências da Comunicação.** São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/www_antigo/portcom2/endocom2004/Barbalho.PDF> Acesso em: 09 mar 2012.
- BRASIL. **Banco de Teses e Dissertações da Capes.** Capes, Brasília. 2012a. (www.capes.gov.br)
- _____. Constituição Federal Brasileira. Brasília, 1988.
- _____. **Presidente da Capes participa de abertura do ano acadêmico do IOC/Fiocruz e assina acordo de cooperação.** Capes, Brasília. 2012b Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/5278-presidente-da-capes-participa-de-abertura-do-ano-academico-do-iocfiocruz-e-assina-acordo-de-cooperacao>> Acesso em: 04 nov 2012.
- _____. **Webqualis.** Capes, Brasília. 2012c. (www.capes.gov.br).
- BINOTTO, Maria Angélica; DINIZ, Ilca Maria Saldanha. **Democratizar o acesso aos conhecimentos científicos: como, onde e por quê.** Lectura: EF Y Deportes - Revista Digital. Buenos Aires, v. 11, n. 105, Fev 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd105/democratizar-o-acesso-aos-conhecimentos-cientificos.htm>>. Acesso em: 04 jun 2012.
- CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2001.
- DANTAS, Geórgia Geogletti Cordeiro. **A busca e o uso da informação em rede: seguindo o trajeto do internauta em revista científica eletrônica.** Porto Alegre, 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado). - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/13797>>. Acesso em 05 jan 2012.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- KURAMOTO, Hélio. **Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil.** Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/831/678>> . Acesso em: 20 jun 2012

- LANDI, Francisco Romeu (coord.); GUSMÃO, Regina (coord. executiva.), **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo: 2004**. São Paulo; FAPESP, 2005. [992]p. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/2060>> Acesso em: 20 set 2012
- LIMA, Renato Sérgio de (coord.), **Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000)**. São Paulo; FAPESP, 2009. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/node/27207/> Acesso em: 28 out. 2012.
- _____, **Nota do Comitê Editorial. Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo v. 6, n. 2, 230-231 Ago/Set 2012b.
- MEADOWS, Arthur. Jack. **A comunicação científica**. Brasília, Briquet de Lemos Livros, 1999.
- MUELLER, Suzana P. M. **O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais**. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Belo Horizonte, n. zero, dez 1999. Disponível em: < http://dgz.org.br/dez99/F_I_art.htm >. Acesso em: 10 jul 2012.
- OLIVEIRA, F.C.B. **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação: uma análise dos membros do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China**. V Encontro de Economia Catarinense, Florianópolis, 2011.
- UNESCO, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. **Relatório atual sobre Ciência 2010: atual status da ciência em torno do mundo**. Brasil, 2010.p.55. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001898/189883por.pdf> Acesso em: 28 set 2012.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Comunidades científicas e infra-estrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa**. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 3, p. 62-73, set./dez. 2003. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/27/24> >. Acesso em: 09 ago 2012.
- SENASP, Secretária Nacional de Segurança Pública. (Brasil). **Segurança Pública**. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ1C5BF609PTBRNN.htm>>. Acesso em 10 nov 2012
- SILVA, E. L.; Menezes, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: LED/UFSC, 2000.

- SILVEIRA, Tatiana Scalco. **Divulgação e Política Científica: Do Bar do Mane à Ciência Hoje (1982-1998)**. Campinas, 2000: 196 f. Dissertação (Mestrado). – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000197755> . Acesso em 02 dez 2011.
- SOUZA, Elaine Pereira de; PAULA. Maria Carlota de Souza. **QUALIS: a base de classificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação da CAPES**. INFOCAPES : Bol. Inf., Brasília, v. 10, n.2, p. 6-24, abr/jun2002. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10_2_2002.pdf . Acesso em: 09 dez 2011.
- TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação Científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação**. Brasília, 1998. 387 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília.
- _____. **Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos**. Revista Informação & Sociedade: Estudos. João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000.
- VANZ, Samile Andréa de Souza. **A Produção Discente em Comunicação: análise das citações das dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul**. 2004.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 3ª ed., 2000.
- VIDAL, M. C., **A ergonomia na empresa: útil, prática e aplicada**. Rio de Janeiro: Editora Virtual Científica, 2001.
- VIEIRA, Sônia Chagas. **Revistas Científicas: Estudo da visibilidade das revistas publicadas pela Universidade Federal da Bahia-UFBA**. Salvador, 2006. 180 f. Dissertação (Mestrado). – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufba.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=633 >. Acesso em: 05 jun 2009. Porto Alegre, 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/3926> >. Acesso em: 05 dez 2011.

ANEXO A

Resultado de pesquisa no banco de dados da Capes sobre produção científica sobre temas de segurança pública (LIMA, 2009)

Teses e Dissertações por Palavra-Chave - Brasil 1983-2006

Palavras-Chave	Teses e Dissertações	
	Nº Absoluto	%
Total	8.205	100,0
Conflitualidade	38	0,5
Crime	1.521	18,5
Criminalidade	1.153	14,1
Direitos Humanos	1.237	15,1
Guardas Municipais	7	0,1
Justiça Criminal	65	0,8
Polícia	822	10,0
Prisão	531	6,5
Segurança Municipal	1	0,0
Segurança Urbana	5	0,1
Tráfico de Drogas	107	1,3
Violência	2.718	33,1

Teses e Dissertações por Área do Conhecimento - Brasil 1983-2006

Grande área	Área	Teses e Dissertações	
		Nº Absoluto	%
Total		8.205	100,0
Ciências Humanas	Total	3.209	39,1
	Ciências Sociais	1.046	12,7
	História	633	7,7
	Psicologia	638	7,8
	Educação	580	7,1
	Outras	312	3,8
Ciências Sociais Aplicadas	Total	3.619	44,1
	Direito	2.867	34,9
	Serviço social	287	3,5
	Administração	127	1,5
	Comunicação	170	2,1
Ciências da Saúde	Total	760	9,3
	Saúde Coletiva	347	4,2
	Medicina	176	2,1
	Enfermagem	159	1,9
Linguística, Letras e Artes	Total	312	3,8
	Letras	240	2,9
	Outras	72	0,9
Engenharias		57	0,7
Ciências Exatas e da Terra		46	0,6
Ciências Agrárias		22	0,3
Ciências Biológicas		24	0,3
Multidisciplinar		156	1,9

ANEXO B

Resultado de pesquisa no banco de dados da Capes sobre produção científica de Teses e Dissertações por Palavra-Chave envolvendo atribuições do Corpo de Bombeiros - Brasil 1983-2011

Filtro	Palavras - Chaves	Teses e Dissertações	
		Nº Absoluto	%
	Total	3343	100%
expressão exata	Bombeiro	151	4,52%
expressão exata	Incêndio	581	17,38%
todas as palavras	Busca, Resgate e Salvamento	4	0,12%
expressão exata	Salvamento Aquático	2	0,06%
todas as palavras	Perícias e Investigação de Sinistros	1	0,03%
todas as palavras	Equipamentos de Proteção Individual	285	8,53%
expressão exata	Hidrantes	6	0,18%
expressão exata	Busca e Salvamento	18	0,54%
expressão exata	Produtos Perigosos	71	2,12%
expressão exata	Risco de fogo	5	0,15%
expressão exata	Risco de explosão	13	0,39%
todas as palavras	Emergência Radioativa	5	0,15%
todas as palavras	Operações de mergulho	94	2,81%
expressão exata	Acidente de trabalho	664	19,86%
expressão exata	Acidente de trânsito	427	12,77%
expressão exata	Segurança no trabalho	178	5,32%
expressão exata	Engenharia de segurança	49	1,47%
expressão exata	Atendimento pré-hospitalar	76	2,27%
expressão exata	Defesa civil	135	4,04%
expressão exata	Situação de emergência	31	0,93%
todas as palavras	Estado de calamidade pública	20	0,60%
expressão exata	Desastre	527	15,76%

Fonte : Capes (2012)

ANEXO C

Produção acadêmica de centros de ensino e pesquisa de organizações de segurança pública no período de 2006-2012

Centros de formação/pesquisa	Tipo de Trabalho Científico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Academia- PMGO	Monografia /Artigo	20	61	61	-	30	44	42	258
Academia - PMMT	Monografia /Artigo	-	-	45	70	55	67	20	257
Academia - CBMDF	Monografia	-	-	-	-	-	-	-	451
Academia - CBMGO	Monografia /Artigo	43	-	19	-	-	46	66	174
Instituto de Pesquisa da Brigada Militar/RS	Monografia	42	18	65	35	140	119	-	419
Fonte: Respectivas Instituições de Ensino								Total Geral	1559